

## Não perca nesta edição:

### Editorial - 1

### Atualidades:

Livro Verde - Futuro do Trabalho - 2

### A Saber:

APM-RedeMut faz candidatura ao  
Programa Adaptar Social + - 3

### Barómetro:

Caraterização das entidades do  
setor da Economia Social - 4

### Destaques Legislativos

Reprogramação Portugal 2020 - 5

### Agenda:

Cuidados a Prestar na Demência - 6

### A nossa Rede - 7



## Editorial

**Discutiu-se, ontem, em plenário do Conselho Económico e Social (CES) o parecer deste órgão sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) 2021-2023.**

A crise sanitária vivida desde março, trouxe ao contexto económico e social uma forte perturbação e disrupção que exigiu, e continua a exigir, uma intervenção política imediata, que obriga à revisão das GOP anteriormente aprovadas no início da legislatura para o quadriénio 2020-2023.

Com efeito, as medidas excecionais que esta crise pandémica obrigou, e obriga, a adotar, impõem reajustes às políticas económicas definidas anteriormente para melhor responder aos desafios que o país enfrenta.

No entanto, o CES defende no seu parecer que as GOP não relevam suficientemente os impactos da atual crise e os seus efeitos disruptivos, salientando que deviam incorporar, de forma mais clara, as mudanças que a crise opera, explicitando os novos desafios que, no plano social e económico, se colocam no próximo triénio.

O parecer do CES refere a importância simbólica das pessoas aparecerem no 1º eixo, mas recomenda uma maior articulação entre as 4 agendas estratégicas:

- As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Inovação digitalização e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- Um país competitivo externamente e coeso internamente.

Destaca-se a reflexão profunda que deve realizar-se sobre o modelo de governação do Estado, essencial para garantir a eficácia, eficiência e transversalidade das medidas. Lamenta-se a falta de esclarecimentos mais profundos sobre a realização do investimento público e o contributo dos fundos estruturais e outros instrumentos financeiros na articulação dos 4 eixos estratégicos.

Apesar dos nossos contributos, no sentido de reconhecer e valorizar o papel das instituições do setor social na luta contra a exclusão e na ação complementar do SNS, não integramos o parecer do CES, louvamos a síntese conclusiva que considera preocupante a omissão a referências ao papel da Economia Social e à importância transversal deste setor.

## Livro Verde do Futuro do Trabalho

Através do Despacho nº8609/2020, o Governo criou o grupo de trabalho para a elaboração do Livro Verde do Futuro do Trabalho.

Este instrumento deve-se à necessidade de reflexão, do ponto de vista das políticas públicas, sobre os desafios complexos que os mercados de trabalho enfrentam atualmente nas qualificações, nas condições de trabalho, na regulação das relações laborais, na proteção social, no diálogo social e na negociação coletiva, na conciliação entre a vida pessoal e profissional ou na inclusão e na igualdade.

Pretende-se, essencialmente, acompanhar e avaliar os impactos do progresso tecnológico no mercado de trabalho português e a adequação do sistema de educação e formação profissional português às transformações da economia e do mercado de trabalho, promovendo ativamente o debate público sobre estas temáticas, auscultando e envolvendo designadamente os parceiros sociais, as entidades da sociedade civil e as universidades.

A elaboração do Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho assenta numa visão tripartida entre Governo, empregadores e trabalhadores, e tem como princípio orientador um forte e amplo processo de auscultação que permita refletir as preocupações dos diferentes setores e atores.

A apresentação de uma versão para consulta pública e para discussão em concertação social está prevista para novembro de 2020.



## Sondagem da Aximage para o JN e a TSF revela uma mudança na opinião pública de julho para setembro: há agora mais portugueses a defender (47%) do que a rejeitar (40%) um novo confinamento.

Já são mais os portugueses que defendem um novo confinamento (47%) do que aqueles que o rejeitam (40%), ainda que a maioria acredite que o país está agora melhor preparado (50%) para enfrentar o inverno. O mais recente barómetro da Aximage para o JN e a TSF revela, assim, uma mudança significativa face a julho, altura em que a maioria (51%) ainda recusava a mais radical das medidas de combate à pandemia de Covid-19.

Uma possível explicação para esta inversão de tendência será a contabilidade diária do número de casos. Em meados de julho, enquanto decorria o trabalho de campo da Aximage, o número de novos infetados rondava as três centenas. Dois meses depois, e também durante os quatro dias de recolha de opiniões, o número de novos infetados diários passou para a casa das seis centenas.

Recorde-se que foi também durante este período de setembro que se intensificou a discussão sobre a decisão do Governo de levar o país para uma "situação de contingência" e, com isso, a imposição de uma série de medidas restritivas, sobretudo nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa. Uma área em que o Governo parece ter alguma margem de manobra: 54% dos inquiridos até defende que, a haver um novo confinamento, este deve ser mais exigente do que o anterior.

### CONFINAMENTO MAIORITÁRIO

Quando se analisam as escolhas dos diferentes segmentos da amostra (idade, regiões, classe social e voto partidário), percebe-se que há parcelas da população em que o apoio a um novo confinamento já é maioritário: é o caso dos habitantes das regiões Norte e Centro (52%), das classes médias (51%), da faixa etária dos 18 aos 34 anos (65%) e dos portugueses que optaram pela abstenção nas eleições (53%).



Ao contrário, há segmentos da população em que a resistência a medidas restritivas é mais aguda, ainda que nem sempre maioritária: é o caso dos portugueses entre os 50 e 64 anos (51% contra novo confinamento), dos que estão nos escalões de rendimento mais elevados (42%), dos que votam no PS (49%) e dos que vivem na Área Metropolitana do Porto (44%).

Quando o valor a ter em conta é a percentagem de pessoas que defende um confinamento mais exigente do que o anterior, destacam-se os habitantes da Região Centro (60%), os que têm 35 a 49 anos (65%), as classes médias (entre 57% e 59%) e os portugueses que optam por se abster nas eleições (64%).

### CUMPRIDORES OU INCUMPRIDORES?

A generalidade dos portugueses tem uma boa imagem de si próprio, quando o que está em causa é o cumprimento das regras de combate à pandemia: 68% acha que é mais cumpridor do que a maioria dos seus concidadãos (sobretudo os mais velhos). Apenas 6% admite que os seus hábitos são mais relaxados (sobretudo os mais novos).

## Consulta sobre o Plano de Ação para a implementação integral do Pilar Europeu dos Direitos Sociais

A Comissão Europeia comprometeu-se a apresentar um plano de ação para a implementação integral do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Esta consulta visa contribuir para a elaboração do Plano de Ação, o qual deverá ser apresentado no início de 2021, para ser debatido ao mais alto nível político numa Cimeira Social a realizar durante a presidência Portuguesa do Conselho Europeu na primavera de 2021.

[https://ec.europa.eu/portugal/events/consultation-action-plan-implementation-european-pillar-social-rights\\_pt](https://ec.europa.eu/portugal/events/consultation-action-plan-implementation-european-pillar-social-rights_pt)

## A resolução do Conselho de Ministros nº 71/2020, de 15 de setembro, aprovou a 8.ª geração do Programa Escolhas, para o período de 2021 a 2022.

A renovação aprovada amplia a missão e a abrangência do Escolhas. O Programa passa a visar a integração social de crianças, a igualdade de oportunidades na educação e no emprego, o combate à discriminação social, a participação cívica e o reforço da coesão social, assim como a destinar-se a todas as crianças e jovens, particularmente as provenientes de contextos com vulnerabilidade socioeconómica.

Além disso, a inclusão digital e a promoção da saúde passam a integrar as áreas estratégicas de intervenção do Programa Escolhas nesta 8.ª geração. As três medidas passam a ser: Educação, Inclusão Digital, Formação e Qualificação (Medida I); Emprego e Empreendedorismo (Medida II); e Dinamização Comunitária, Saúde, Participação e Cidadania (Medida III).

[Obtenha mais informação.](#)

### A saber

## Projeto “Transparência nas Organizações de Economia Social Portuguesas”



O projeto **“Transparência nas Organizações de Economia Social Portuguesas”**, promovido pela Área Transversal da Economia Social da Universidade Católica Portuguesa – Porto e apoiado pelo BPI / Fundação “la Caixa”, pretende contribuir para o **debate teórico-empírico** em torno da eficácia das Organizações da Economia Social (OES) portuguesas, a partir da **configuração das suas práticas de governação e de prestação de contas** analisadas à luz da problematização do conceito de **transparência organizacional**.

No âmbito do projeto, convidamo-lo a responder **aqui** a um **inquérito por questionário**, que tem como **objetivos**:

- Conhecer as representações de interlocutores-chave de aproximadamente 150 OES portuguesas em torno dos conceitos de prestação de contas transparente e de boa governação.

- Identificar as práticas, limitações e potencialidades da prestação de contas e da governação operacionalizadas por aproximadamente 150 OES portuguesas.

Os resultados do inquérito por questionário contribuirão, também, para o desenho e desenvolvimento de um **Mecanismo de Transparência e Prestação de Contas** em português, numa modalidade on-line, de fácil utilização e adaptado à realidade do setor da economia social portuguesa.

O tempo de resposta estimado é de 15 minutos. A data limite de resposta ao questionário é **15 de outubro de 2020**.

Caso tenha alguma dúvida, não hesitem em contactar: [ates.projetos@porto.ucp.pt](mailto:ates.projetos@porto.ucp.pt)

## APM-RedeMut efetua 6 candidaturas ao Programa Adaptar Social +



Segundo dados do observatório mutualista de 2018, as associadas da APM-RedeMut apoiaram no âmbito das respostas sociais que desenvolvem nos seus territórios: 1792 pessoas e 480 famílias em respostas de família e comunidade; 639 crianças e jovens nas creches, pré-escolares e centros de atividades de tempos livres; 539 pessoas idosas em estruturas residenciais e centros de dia e 54 pessoas vítimas de violência doméstica.

A pandemia provocada pelo COVID-19 gerou enormes mudanças na organização e funcionamento das respostas sociais, desde logo no que respeita ao aumento de regras de prevenção e segurança de funcionários e utentes, provocando também enorme pressão e stress à atividade desenvolvida pelos profissionais dos equipamentos sociais.

Não obstante os esforços que as associadas têm vindo a fazer de capacitação dos seus colaboradores no sentido de responderem com eficácia à prevenção e à transmissão da COVID-19 no seio dos seus equipamentos sociais, subsistem lacunas ao nível da formação dos colaboradores chamados assumir funções de grande responsabilidade e desgaste físico e psíquico que no atual contexto pandémico assume uma relevância ainda maior.

Assim, respondendo às necessidades das suas associadas a APM-RedeMut, na qualidade de entidade representativa, efetuou 6 candidaturas em 6 Centros Distritais, no âmbito do Programa Adaptar Social+ e ao abrigo do Despacho n.º 7971/2020.

# Em média, cada português é membro de duas instituições da economia social

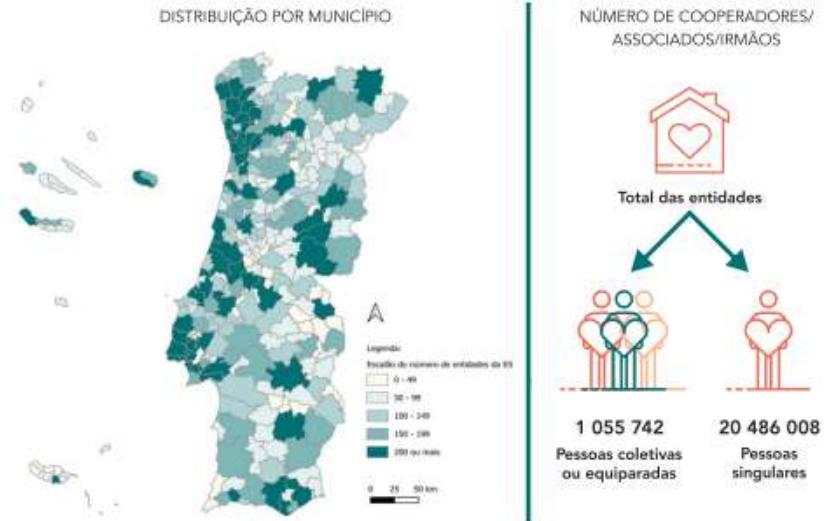
Fonte: INE

Cada cidadão português tem em média ligação a duas entidades da economia social, de acordo com o Inquérito ao Setor da Economia Social 2018 (ISES 2018), cujos últimos dados foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

As mais de 60 mil entidades da economia social reúnem cerca de 20,5 milhões de cooperadores, associados ou irmãos. Dados que revelam, assim, que o número de pessoas associadas a entidades da ES equivale ao dobro da população residente em Portugal nesse ano.

O ISES 2018 foi lançado em 2019, dirigindo-se a todo o universo da economia social em Portugal -- cooperativas, misericórdias, mutualidades, instituições particulares de solidariedade social (IPSS), fundações e associações -- tendo os primeiros resultados do inquérito, relativos a práticas de gestão, sido divulgados em novembro de 2019, aos quais se acrescentam agora os dados de caracterização do setor, em questões como caracterização laboral, práticas de igualdade de género, relações de cooperação e responsabilidade social.

## CARATERIZAÇÃO DAS ENTIDADES DO SETOR DA ECONOMIA SOCIAL



### PESSOAS AO SERVIÇO



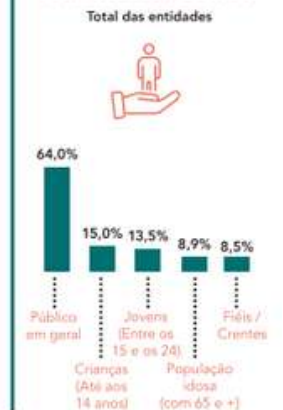
### TRABALHO VOLUNTÁRIO



### LONGEVIDADE DAS ENTIDADES



### PRINCIPAIS UTILIZADORES/ BENEFICIÁRIOS/ CLIENTES



Desse inquérito resulta que 81% das pessoas ao serviço nas entidades da economia social têm contratos de trabalho sem termo, mais de 70% têm horário fixo e são menos de um terço as que recebem o salário mínimo nacional.

A análise do contributo das instituições da ES para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) revelou que, no que diz respeito à igualdade de género, nestas instituições os cargos de topo são ainda maioritariamente ocupados por homens (70% dos casos), mas nos cargos de direção intermédios os dirigentes são maioritariamente mulheres (62%). Observa-se que mais de 70% destas organizações pratica políticas de remuneração não discriminatórias segundo o sexo dos trabalhadores.

## CARATERIZAÇÃO DA DIREÇÃO / DIRIGENTES DE TOPO

### Total das entidades

#### Funções executivas



#### Forma como foram selecionados



#### Existência de limites (temporais ou n.º mandatos)



# Reprogramação Portugal 2020 | Contribuir para a Estabilização Económica e Social do País

A resposta à crise desencadeada pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19) implicou adaptar e reequacionar a programação dos Programas Operacionais Temáticos e Regionais e dos Fundos que integram a Política de Coesão no âmbito do Portugal 2020, visando, entre outras dimensões, contribuir para a estabilização económica e social do país.

Com esse objetivo, a reprogramação do Portugal 2020 teve como principais linhas de atuação:

- Aumentar o apoio ao investimento público, nomeadamente nas áreas sociais;
- Apoiar a Universalização da Escola Digital;
- Aumentar o apoio ao emprego;
- Aumentar o apoio à estabilização económica.

Adicionalmente, aproximando-se o termo do atual ciclo de programação, tendo em consideração os níveis de compromisso e de execução, foram ainda contempladas modificações que visam **aumentar a eficiência na utilização dos Fundos da Política de Coesão**.

Saiba mais, consultando a [Deliberação n.º 24 CIC PT 2020](#) - Alteração dos Programas Operacionais do Portugal 2020.



## Aprovada Reprogramação do PO ISE

A Comissão Europeia aprovou a proposta de Reprogramação do [PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego](#), submetida no passado mês de agosto.

A Reprogramação permite dar uma resposta de política pública com base em programas de apoios à contratação e estágios e programas de formação e requalificação para desempregados, realocando verbas entre Eixos e Tipologias de Operações, tendo em vista a retoma progressiva da atividade económica no quadro da crise provocada pela pandemia Covid-19.



# Cuidados a Prestar na Demência - A importância da Ética na prestação de cuidados a Pessoas com Demência"

Na sequência das edições anteriores, a Alzheimer Portugal e o projeto Cuidar Melhor realizam ao longo do mês de outubro o 6º Encontro de Profissionais "Cuidados a Prestar na Demência - A importância da Ética na prestação de cuidados a Pessoas com Demência".

Adaptando-se ao contexto atual, esta edição será online, com a particularidade de se realizar em dias distintos. Serão quatro manhãs - 8, 14, 21 e 28 de outubro - para discussão de casos práticos, moderados por Professor Alexandre Castro Caldas e Catarina Alvarez.

Inscreva-se [aqui](http://aqui). Para mais informações: [geral@cuidarmelhor.org](mailto:geral@cuidarmelhor.org) | 210 157 092



**6º ENCONTRO DE PROFISSIONAIS**  
**CUIDADOS A PRESTAR NA DEMÊNCIA**

**A IMPORTÂNCIA DA ÉTICA NA PRESTAÇÃO DE CUIDADOS A PESSOAS COM DEMÊNCIA**

**MODERADORES DO ENCONTRO**  
ALEXANDRE CASTRO CALDAS E CATERINA ALVAREZ

**DISCUSSÃO DE CASOS PRÁTICOS ONLINE**  
8, 14 21 E 28 DE OUTUBRO 2020 - DAS 9H30 ÀS 11H

INSCRIÇÕES: E-MAIL: [GERAL@CUIDARMEHOR.ORG](mailto:GERAL@CUIDARMEHOR.ORG) | TEL: 210 157 092

5€ / SESSÃO – 15€ / 4 SESSÕES

<b>8 DE OUTUBRO</b>	<b>DESAFIOS ASSOCIADOS AO CONSENTIMENTO NA INTERVENÇÃO COM PESSOAS COM DEMÊNCIA</b> NUNO ANTUNES E LUCÍLIA NÓBREGA   PSICÓLOGOS   ALZHEIMER PORTUGAL
<b>14 DE OUTUBRO</b>	<b>A CONTENÇÃO FÍSICA E QUÍMICA</b> FILIPA GOMES E JOANA FLORÊNCIO   PSICÓLOGAS   ALZHEIMER PORTUGAL
<b>21 DE OUTUBRO</b>	<b>O RESPEITO PELOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEMÊNCIA EM CONTEXTO INSTITUCIONAL</b> PAULA GUIMARÃES   JURISTA   ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA MONTEPIO
<b>28 DE OUTUBRO</b>	<b>QUESTÕES ÉTICAS ASSOCIADAS AO FIM DE VIDA</b> ELSA MOURÃO   MÉDICA PALIATIVISTA   LINQUE



## Desporto com um olhar diferente

Quando pensamos em desporto e nos atletas que o praticam, a imagem que o nosso cérebro nos proporciona está repleta de saúde e de gente fisicamente perfeita e mentalmente determinada a alcançar grandes feitos, a bater records e a ganhar medalhas. Desta imagem nos escapa todo um universo de actividade desportiva e de pessoas com outras limitações e objectivos bem diferentes.

Quando a MUSSOC se aventurou, em 2019, com o foobALL, o grande objectivo era criar um quadro repleto da cor e alegria que estas outras imagens nos podem proporcionar.

O foobALL tinha o sonho de juntar em campo, e fora dele, pessoas com limitações (fossem elas quais fossem) e que tivessem objectivos muito além do sucesso desportivo, com todas as outras que possam ser o contrário. Queríamos que o factor competitividade desse lugar a valores como a solidariedade, a inclusão social e a amizade fraterna que, por vezes, une os seres humanos.

Não esperávamos o sucesso do foobALL em 2019...realizámos 2 torneios com a presença de 32 equipas e mais de 400 jogadores e técnicos. Crianças jogaram “contra” adultos; seres humanos atléticos jogaram com atletas em cadeira de rodas; mulheres bateram-se de igual para igual com homens; o silêncio dominou nos jogo entre surdos com equipas com os cinco sentidos intactos; a paralisia cerebral não impediu de jogar ao lado de cérebros bem mais funcionais; sem abrigo fizeram do campo de jogo a sua casa e refugiados encontraram uma pátria acolhedora dentro das quatro linhas. Celebrámos o desporto como ele deve ser visto: um encontro para desenvolver uma actividade que se faz por diversão e entretenimento e transformámo-lo em algo muito maior e mais especial!

O foobALL, apadrinhado também pelo ex-futebolista José Calado, superou todas as nossas expectativas pela forma como foi acolhido e vivido por todos os participantes.

Em 2020 a conjuntura pandémica trouxe limitações a todos e não pudémos repetir a experiência, mas em 2021, ano em que Lisboa será a Capital Europeia do Desporto, tudo está em marcha para a realização de mais 3 torneios (Páscoa, Verão e Natal). O mote é o de sempre: futebol para TODOS e com TODOS! Nesses dias dos torneios está prometida a mesma alegria e se renovará a oportunidade de todos serem acolhidos e de todos poderem acolher.

Contamos mesmo com TODOS os que ousem este olhar diferente!



## Um livro de pleno interesse para a história do mutualismo português



Data do ano de 1992 a publicação da obra «Mutualidade Popular-Associação Mutualista Farense» da autoria do Doutor Libertário dos Santos Viegas, professor aposentado do ensino secundário, jornalista e sociólogo, que então presidia à Direcção desta instituição e de que é Presidente da Assembleia Geral.

Reveste-se este livro, volvidos que são quase trinta anos sobre o seu aparecimento, de um indelével interesse para quantos se interessam pelas questões da economia social e, de modo especial, pela história do mutualismo no espaço português, objectivando o que tem sido há quase um século, uma das suas carismáticas instituições, a Mutualidade Popular surgida em Faro em 1926.

Insere neste verdadeiro monumento cultural ao património farense e algarvio, que são os «Anais do Município de Faro nº XXII (pgs. 183 a 215), de que há dias veio a lume o volume XLII, ora dirigidos por essa destacada figura da intelectualidade portuguesa que é o Professor Doutor Guilherme de Oliveira Martins, era então responsável pelos mesmos o devota-do mutualista Doutor Libertário dos Santos Viegas, com o impressionante currículo de presidir, como ora sucede, 7 anos à Mesa da Assembleia Geral (2014/2020), 22 anos à Direcção (1987/1998 e 2005/2013) e 6 anos ao Conselho Fiscal (1999/2004), num total de 35 anos ao serviço dos ideais mutualistas.

Reproduzindo diversos documentos fundamentais para a Mutualidade Popular (A.M.), entre os quais o Alvará de aprovação dos Estatutos pelo então Presidente da República, Marechal António Óscar de Fragoso Carmona, a 13 de Março de 1930 o livro explana desde os corpos sociais aos imóveis da Instituição que são uma outra faceta da acção social e do mutualismo, desta feita na área da habitação.

Por: João Leal